

CERTIDÃO

LUÍS MANUEL MADUREIRA AFONSO, PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA:

Certifica que na **Ata da Segunda Sessão Ordinária do ano de dois mil e treze/Mandato 2009-2013**, desta Assembleia Municipal, realizada no dia **vinte e seis de abril**, no edifício do antigo Centro Cultural Municipal de Bragança, no auditório **“Paulo Quintela”**, na qual participaram **oitenta e oito membros** dos noventa e nove que a constituem, se encontram **aprovadas em minuta, as seguintes deliberações**: - **QUORUM** - Verificada a existência de quórum deu-se início aos trabalhos cerca das nove horas e foram presentes:.....

EXPEDIENTE: Alínea n) do n.º 1 do artigo 46º. A da Lei nº. 5-A/2002 de 11 de janeiro.

EXPEDIENTE: (alínea n) nº. 1 artigo 46º. A da Lei nº. 5-A/2002 de 11 de janeiro)

Data	Remetente	Assunto
12/02	Grupo Parlamentar do PCP	Convite para participar na audição pública sobre privatização do setor de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos sólidos urbanos
18/02	Assembleia Municipal de Ater do Chão	Proposta – Encerramento de mercearias e tabernas/tascas
20/02	Assembleia Municipal de Mirandela	II Seminário sobre a democracia local
03/04	Núcleo de Estudos de Direito das Autarquias	II Seminário sobre democracia local
12/04	ANMP	Proposta de Lei n.º 104/XII – Regime Jurídico das Autarquias Locais
12/04	ANMP	Debates sobre desastres naturais

RELAÇÃO CRONOLÓGICA DE DOCUMENTAÇÃO RELEVANTE EMITIDA A PARTIR DE 27 DE FEVEREIRO DE 2013

Data	Destinatário	Assunto
27/02	Várias Entidades	Envio da Moção aprovada na sessão de fevereiro/2013 - “Abastecimento de água”
01/03	CMB	Envio de senhas e boletins Itinerários relativos ao mês de fevereiro/2’13
05/04	Deputados Municipais	Envio do Programa do II Seminário sobre a democracia local

I - ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MANDATOS-MEMBROS:

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:

PSD: Joaquim Eduardo Rodrigues Queirós; José Luís Baltasar; José Alberto Moutinho Moreno; Pedro Luís Esteves Fernandes, António Manuel Pereira

PS: Marisa Rodrigues Gomes Alexandre

MEMBROS SUPLENTE CONVOCADOS:

PSD: António Nuno Neves Pires; Bruno José Fernandes Miranda; Maria Natália Rodrigues Alves; Maria do Amparo Mendes Alves e Armando José Pereira

PS: Maria Celina da Silva Paula

PONTO 1- ATA: Leitura, discussão e votação da ata da primeira sessão ordinária, do ano de 2013, realizada em 22 de fevereiro.....

----- APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A ATA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, TRÊS ABSTENÇÕES E CINQUENTA E OITO VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SESSENTA E UM MEMBROS PRESENTES.

----- Fizeram declaração de voto os seguintes membros: Rui Correia; Maria Alves e Ernesto Gomes.

PONTO 2– PÚBLICO – Período de Intervenção.

----- Não houve intervenções.

PONTO 3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

----- Leonel Fernandes – Apresentou, por escrito, a seguinte

“MOÇÃO

----- O tecido económico do concelho, em particular da cidade de Bragança é caracterizado por uma significativa densidade de estabelecimentos do comércio tradicional, de restauração e hotelaria, de pequenas indústrias, do ramo automóvel, de serviços (farmácias, cabeleiros, gabinetes de contabilidade e projeto, clínicas, ginásios, etc.), entre outros.

----- Todos estes setores estão a passar por uma fase muito difícil, resultante do cada vez mais reduzido poder de compra das populações, do agravamento da carga fiscal, nomeadamente com o IVA a 23 %, da nova Lei do Arrendamento Comercial, permitindo aumentos inaceitáveis de rendas e facilidades de despejo.

----- As linhas de crédito anunciadas, embora a banca venha dizer que não falta dinheiro, estão longe de permitir o acesso dos micro, pequenos e médios empresários ao crédito por aplicação de taxas de juros proibitivas. A Justiça continua onerosa e demorada. O há muito reclamado Apoio Social em caso de insolvência ou encerramento forçado, contemplado no Orçamento do Estado para 2013, veio acompanhado do aumento da TSU de 29,60 % para 34,75%, e possível utilização só a partir de 2015!

----- Apesar das principais medidas passarem por políticas nacionais, o Município, no exercício das suas competências, deve dar um contributo para a defesa e dinamização das micro, pequenas e médias empresas. Nomeadamente em termos da derrama, das taxas e tarifas, da percentagem do IMI a cobrar, dos horários do comércio, da segurança, da animação das zonas comerciais de cada núcleo urbano, nomeadamente no Natal, da limpeza urbana, do embelezamento os espaços, da redução das taxas dos reclamos, toldos, esplanadas e outra ocupação da via pública, bem como de todos os regulamentos relativos às atividades industriais e comerciais e, não menos importante, o pagamento sempre atempado de serviços e bens adquiridos às empresas da região.....

----- **Assim, a Assembleia Municipal de Bragança, reunida a 26 de abril de 2013, decide:**

----- 1 – Exigir do Governo medidas de discriminação positiva, urgentes, na Fiscalidade, nomeadamente, na redução do IVA, na reposição dos apoios à interioridade, particularmente o IRC, o acesso ao Crédito, o apoio ao Investimento com programas adequados do QREN e em especial para o Comércio, na Justiça, não a afastando mais dos cidadãos e empresas, na alteração da legislação do Arrendamento, que deve assegurar a estabilidade negocial, e no Apoio Social, com a entrada em vigor logo que os empresários tenham carreira contributiva suficiente.....

----- 2 – Recomendar ao Executivo Municipal que promova a criação de um Conselho Municipal para as Atividades Económicas, que junte representantes das associações empresariais, comerciais e sindicais do setor, com o objetivo de contribuir para um melhor conhecimento da realidade de cada setor, para definição de estratégias de desenvolvimento e apoio às decisões a assumir pelo Município.....

----- 3 – Enviar esta moção ao Primeiro-Ministro, Ministro das Finanças, Ministro da Economia, Associação Comercial Industrial e de Serviços de Bragança, Núcleo Empresarial de Bragança e Comunicação Social.....

O eleito da CDU,

a) Leonel Fernandes”

----- APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA MOÇÃO SUBMETIDA A VOTAÇÃO TENDO SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE, ESTANDO MOMENTANEAMENTE CINQUENTA E NOVE MEMBROS PRESENTES.

----- Fizeram declaração de voto os seguintes membros: António Malhão e Leonel Fernandes.

PONTO 4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:.....

PONTO 4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município......

“- ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO -

Conforme alínea e) do nº.1 do art.º 53 da Lei 5-A/2002, apresento para apreciação a presente informação escrita da situação financeira do Município e das atividades e decisões mais relevantes tomadas pela Câmara Municipal, no período que decorreu desde a última Sessão da Assembleia Municipal, que teve lugar a 22 de fevereiro de 2013, até à presente data, envolvendo processos agendados para reunião de Assembleia Municipal e outros assuntos, de que se faz uma síntese das principais matérias.

1 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA

1.1 – Divisão de Administração Financeira

1.1.1 – Serviço de Contabilidade e Gestão Patrimonial

Com reporte ao período acumulado a 31 de março de 2013, a execução bruta do Orçamento da receita é de 20,70% (no montante de 8 298 809€), para um Orçamento da despesa paga de 19,43% (no valor de 7 761 505€).

De forma global, as Grandes Opções do Plano atingiram até 31 de março de 2013 uma execução financeira de 17,30% (2 827 591€), provenientes de pagamentos do Plano Plurianual de Investimentos no montante de 2 269 452€ e decorrentes de pagamentos do Plano de Atividades Municipal no valor de 558 139€. As despesas foram orientadas principalmente para as funções gerais e económicas, com um valor de despesa paga de 1 746 889€ e 648 500€, respetivamente. O Plano Plurianual de Investimentos apresenta uma execução financeira de 16,28% e o Plano de Atividades Municipal, constituído pelas atividades mais relevantes da autarquia atingiu, até à referida data, uma execução financeira de 23,20%.

A evolução da estrutura das dívidas a terceiros regista em 31 de março de 2013 uma diminuição de 1 018 214,82€, ou seja, de - 8,27 pontos percentuais, comparativamente a 31 de dezembro de 2012.

Segundo notícia do Jornal de Notícias, na edição de 04 abril do presente, e tendo por base os dados disponibilizados pelo Coordenador do Anuário Financeiro dos Municípios, a dívida por habitante do Município

de Bragança é a mais baixa de entre o conjunto dos Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro, sendo 2,5 vezes inferior à média nacional, 3,95 vezes inferior à média dos Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro, 3,75 vezes inferior à média do Distrito de Vila Real e 4,25 vezes inferior à média do Distrito de Bragança.

Paralelamente à equilibrada situação financeira, o Município de Bragança tem, na última década e meia, mantido elevados níveis de investimento municipal, beneficiando a qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos, tendo o património municipal aumentado, entre 2002 e 2012, de 66 milhões de euros para 204 milhões de euros.

Trata-se de dois indicadores suficientemente explicativos do rigor na aplicação de recursos públicos e de resultados de investimento.

Em termos patrimoniais foram inventariados 1484 bens móveis no valor total de 608 862,02€.

Foram, ainda, cobrados 12 975 recibos de água, 4 085 guias de receita e liquidadas 1 639 ordens de pagamento.

De 01 de fevereiro a 08 de abril de 2013 foram deliberados em reunião de Câmara apoios financeiros para as Juntas de Freguesia no montante de 364.154,00€ (para investimento e compensação devido a trabalhos vários referentes a obras de beneficiação e reparação das Redes de Saneamento Básico) e Subsídios e Comparticipações para Associações e Instituições sem fins lucrativos no valor de 227.696 696€.

1.1.2 - Serviço de Taxas, Contra Ordenações e Metrologia

No período de 01 de janeiro a 31 de março de 2013 o valor das taxas e outras receitas municipais arrecadadas pelo setor no âmbito das suas atribuições foi de 244 375€ representando um saldo positivo de 13 585€ (i.e. 5,89%), comparativamente ao período homólogo.

1.2 – Unidade de Administração Geral

- Serviço de Expediente Geral e Arquivo

No âmbito deste Serviço destacam-se, para além da atividade diária de preparação de agendas para Reunião de Câmara e Assembleia Municipal, as seguintes tarefas: produção de certidões; registo e classificação de documentos, neste capítulo, de referir a entrada, de cerca de 1 077 documentos em suporte de papel; 1 570 documentos na aplicação informática de atendimento; e registadas 846 faturas na aplicação informática POCAL.

No âmbito do Arquivo foi dada continuidade ao tratamento de documentação e apoio à investigação relativa à obra “Bibliografia do Distrito de Bragança” do Prof. Hironidino da Paixão Fernandes. Procedeu-se, ainda, à transferência dos Arquivos (corrente e histórico) para as novas Instalações do Balcão Único de Atendimento, que dispõe de um espaço amplo, adequado e ajustado às necessidades atuais de arquivo documental da Instituição.

1.2.1 - Serviço de Recursos Humanos – No período em análise, esta Secção procedeu ao acompanhamento de um procedimento concursal por tempo indeterminado em fase de período experimental e 17 processos de aposentações. Deu-se continuidade ao acompanhamento do pessoal afeto ao centro de emprego com contrato emprego- inserção, num total de sete, nas áreas nas áreas de Serviços Gerais, Arquivo, Educação Social, Psicologia, Ação Educativa e Apoio Social e Comunitário.

1.3. Assessoria Jurídica e contencioso: prestou apoio nas seguintes áreas: - Habitação social; - Contraordenacional; Património; - Apoio jurídico às Juntas de Freguesia.

1.4. Serviço de Informática : Para além das tarefas normais de funcionamento do Gabinete, durante o período a que o presente relatório respeita, tem sido desenvolvido trabalho no âmbito do processo de Modernização em decurso, com enfoque nas seguintes áreas: 1 - Continuidade de projetos já iniciados: 1.1.Implementação do Balcão Único: local que permitirá aos munícipes e às empresas tratar de vários assuntos numa única interação e num único local; 1.2.Lançamento dos Serviços Online, permitindo a consulta de processos e submissão de formulários; 1.3.Implementação da Faturação eletrónica: solução que visa permitir a emissão de faturas eletrónicas aos munícipes e a receção de faturas eletrónicas dos fornecedores, com integração com o backoffice autárquico.; 1.4.ePaper: O ePaper vai permitir a desmaterialização da relação Município/Município admitindo a receção e manipulação de documentos digitais e a execução das tarefas habituais, tais como medir, anotar, carimbar, assinar ou arquivar documentos, suportando os formatos digitais que a Lei 60/2007 prevê. 2.

Consolidação da Gestão Documental: 2.1.Criação de novos circuitos (contabilidade, urbanismo, ...); 2.2.Implementação de circuitos que já foram desenhados e inseridos na aplicação (reclamações, e requisições).

3. Operacionalidade e evolução dos sistemas: 3.1. Apoio na utilização de equipamentos e aplicações; 3.2.Apoio às Escolas; 3.3.Implementação de segurança, através do redirecionamento de pastas para um servidor central; 3.4. .Consolidação do Sistema de gestão da Qualidade. 4. Implementação de novas ferramentas de gestão TIC: 4.1.Parametrização e uso de uma ferramenta dedicada ao inventário de equipamentos e software; 4.2.Preparação de um servidor dedicado à monitorização da rede de dados ; 4.3.Reestruturação da Active Directory e GPOs colocando alguma ordem na estrutura.; 4.4.Implementação de aplicações open source / freeware adequadas para a administração de sistemas e da rede. Consideram-se relevantes as seguintes atividades: - Fecho de procedimentos que visam melhorar as infraestruturas tecnológicas e suportar os projetos de modernização, nomeadamente: atualização de servidores e aquisição de postos de trabalho para o balcão único, aquisição de um sistema de projeção multimédia a implementar em 2 salas de reunião, aquisição e instalação de um sistema de gestão de filas de espera. - Reforço da solução de virtualização existente, nomeadamente através da instalação de storage adicional de alta performance para as

máquinas mais críticas, 2 processadores adicionais (1 para cada nó do cluster) e memória adicional para os nós do cluster (+ 32GB por servidor).

O principal website do Município de Bragança registou, de 11 de fevereiro até 12 de abril do presente, um total de 46.017 (média de 654 visitantes por dia).

Os restantes endereços autárquicos foram visitados, no mesmo período, 5.239 vezes (86/dia). Assim, o site do Museu Ibérico da Máscara e do Traje foi procurado por 701 cibernautas, o do Centro de Arte Contemporânea por 2.050 pessoas, enquanto o endereço do Teatro Municipal recebeu 2.089 visitas e o da Biblioteca Municipal 399. Relativamente ao Facebook 5.024 “amigos” e 1.683 fãs seguem diariamente as atualizações do Município. Destaque para a instalação e entrada em funcionamento de um novo outdoor eletrónico na Avenida Sá Carneiro, em substituição do anterior. Com este equipamento, o Município de Bragança transmite às pessoas que por ali passam, através de mensagens “rápidas” e instantâneas, informações sobre os eventos a decorrer, ou que irão decorrer, em todo o Concelho, nomeadamente exposições, iniciativas culturais, espetáculos de teatro e musicais, atividades desportivas e eventos de solidariedade, entre muitos outros.

É, também, um meio a partir do qual se dão a conhecer algumas das mais belas paisagens, monumentos, património, tradições e lugares do Concelho de Bragança, através de imagens fortes e comunicam só por si.

Mensagens de última hora (como impedimentos na via, encerramento de alguma rua, informações sobre a neve/gelo, entre tantas outras) são, através do Outdoor, possíveis de ser transmitidas aos cidadãos.

2 - DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E AÇÃO SOCIAL

2.1. Serviço de animação e equipamentos culturais

Centro de Arte Contemporânea – No Núcleo de Exposições Temporárias foi inaugurada, no dia 13 de abril, e estará patente até 23 de junho, a exposição “Obras da Coleção de Arte Contemporânea da Coleção da Portugal Telecom”, estando expostas 45 obras, de 33 artistas, das quais 6 nunca foram exibidas pela Fundação Portugal Telecom.

Nas sete salas de exposição destinadas à pintora Graça Morais, continua patente a exposição inaugurada no dia 10 de novembro “Mapas e o Espírito da Oliveira” trabalhos que em 1984 constituíram um dos anos mais marcantes e produtivos da carreira da artista, subsequentes à sua participação na XVII Bienal Internacional de Arte de São Paulo. Associam-se agora, quase trinta anos depois, a um outro conjunto de trabalhos inéditos, produzidos especificamente para esta exposição.

Nos meses de fevereiro e março foram realizadas 22 visitas/jogo e oficinas solicitadas por escolas e instituições e visitaram o espaço 1729 pessoas, na sua maioria portugueses.

Museu Ibérico da Máscara e do Traje – Nos meses de fevereiro e março visitaram o museu 1033 pessoas.

Neste período foram realizadas 11 visitas guiadas, solicitadas por escolas e instituições da cidade e de vários pontos do país e estrangeiro.

Desde 01 de março que está patente neste equipamento uma mostra de máscaras do artesão António José Fernandes do Vale.

Teatro Municipal de Bragança – Durante os meses de fevereiro e março realizaram-se 14 espetáculos com 17 sessões.

De destacar a nona edição do 27 VINTE e SETE, Festival Internacional de Teatro que apresenta 21 espetáculos de 14 companhias nacionais e estrangeiras. Iniciou no dia 27 de março, no Dia Mundial do Teatro, prolonga-se até ao dia 27 de abril, com produções para todo os géneros de públicos e escalões etários.

O festival decorre em Vila Real e Bragança, numa organização dos teatros municipais das duas cidades.

No mês de fevereiro assistiram aos espetáculos 1380 espetadores e em março 1266 espetadores.

Bibliotecas Municipais - Continuação da indexação e catalogação do acervo documental que têm vindo a ser executadas paralelamente ao trabalho de atendimento ao público. Durante o mês de fevereiro usufruíram dos serviços disponibilizados na Biblioteca 1832 utilizadores e no mês de março 2160. Nestes meses, na secção infantil, foram desenvolvidas algumas atividades, tais como: leitura partilhada, desenho e pintura, projeção de filmes e hora do conto, tendo sido registada a presença de 1038 crianças.

Nos dias 8 e 9 de março, realizou-se o I Encontro da Rede de Bibliotecas de Bragança. Este encontro resulta de uma parceria entre a Câmara Municipal de Bragança, através do SABE (Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares), o Grupo de Trabalho das Bibliotecas Escolares e o Centro de Formação da Associação de Escolas Bragança Norte.

Teve como objetivos principais: o desenvolvimento de competências na prática pedagógica na área das literacias, designadamente na literacia da informação, tecnológicas e digitais e da leitura; a criação de redes de trabalho e comunidades de prática, envolvendo parceiros a nível local; encontrar respostas comuns, coerentes e inovadoras para os problemas e desafios que se colocam às bibliotecas e às escolas e promover o intercâmbio entre investigadores e profissionais do ensino. Neste encontro estiveram presentes 165 participantes e 21 oradores.

No primeiro dia, com a presença, na sessão de abertura, da Coordenadora Nacional da Rede de Bibliotecas Escolares, Dr.ª Teresa Calçada, apresentou-se, formalmente, a Rede de Bibliotecas de Bragança, constituída pela Câmara Municipal, os Agrupamentos de Escolas Abade de Baçal, Emídio Garcia e Miguel Torga, a Fundação Os Nossos Livros, o Arquivo Distrital de Bragança e o Centro de

Formação da Associação de Escolas Bragança Norte, tendo sido assinado, pelos parceiros, o protocolo de colaboração que rege o funcionamento desta rede. A RBB define-se como uma estrutura de cooperação aberta à livre participação de todas as Bibliotecas e Unidades Documentais da rede, visando uma gestão coordenada de aquisições, e a troca de informação bibliográfica, bem como a dinamização do empréstimo interbibliotecas e a dinamização de um plano anual de atividades organizado em conjunto.

Foi, também, apresentado o portal da RBB que divulgará a ação de todas as instituições parceiras e que integra o Catálogo Coletivo on-line das Bibliotecas do Concelho de Bragança. O catálogo coletivo on-line permite uma melhor gestão dos recursos existentes e um maior conhecimento do acervo entre todas as bibliotecas da rede, facilitando a gestão de aquisições. Permite, ainda, maior facilidade na utilização por parte do público em geral que poderá, a qualquer momento, requisitar on-line uma obra que pretenda e saber em que biblioteca do concelho ela se encontra.

Biblioteca Adriano Moreira - Nos meses em análise registou-se a presença de 345 pessoas neste espaço.

Centro Cultural Adriano Moreira – De 08 a 28 de fevereiro esteve patente, nas salas Miguel Cervantes e Luís de Camões, a exposição “Festas de inverno”, com representações de Bragança, Zamora (Espanha) e Carnia (Itália), integrada na programação do Carnaval dos Caretos.

No dia 08 de março foram inauguradas as exposições de pintura, nas salas Miguel Cervantes e Luís de Camões, “Global MAKE-Up Program”, de Zoran e “Ilha dos Imortais”, de Tereza Trigalhos.

2.2 – Serviço de Educação e Ação Social

Educação: A Câmara Municipal de Bragança, em parceria com a Unidade de Cuidados na Comunidade do Centro de Saúde de Bragança deu continuidade ao projeto “Sorrir Branquinho”, implementado no ano letivo transato, tendo já sido rastreadas 812 crianças dos Jardins de Infância públicos e privados do concelho de Bragança e feito o encaminhamento, gratuito, de 165 crianças com necessidades evidentes de cuidados de medicina dentária.

Iniciou-se a realização de algumas atividades, no âmbito da Saúde Oral, verificação e implementação da prática correta da escovagem dos dentes e abordagem de outras temáticas alusivas a esse projeto.

Deu-se início ao processo de divulgação e abertura das candidaturas ao serviço de refeições escolares, manuais escolares e prolongamento de horário para o ano letivo 2013/2014, para os alunos do 1º ciclo do ensino e básico e do pré-escolar das escolas da rede de ensino público do concelho de Bragança.

No mês de março participaram nas sessões formativas, ministradas pelos agentes do Programa Escola Segura da PSP, na Escola Fixa de Trânsito, 5 escolas e 114 alunos do 1º ciclo do ensino público e privado.

No início do mês de abril participam 9 escolas e 220 alunos do 1º ciclo do ensino público.

No período de fevereiro a abril os representantes do município nos concelhos gerais dos agrupamentos de escolas participaram em duas reuniões do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Miguel Torga, numa reunião do Conselho Geral Transitório do Agrupamento de Escolas Emídio Garcia e em quatro reuniões do Conselho Geral Transitório do Agrupamento de Escolas Abade de Baçal.

Ação Social:

Desde o início do mês de fevereiro ao início do mês de abril de 2013 realizaram-se, com marcação prévia, 55 atendimentos sociais para avaliação e resposta face aos diferentes pedidos de apoio social e 86 atendimentos sem marcação, o que perfaz um total de 141 atendimentos de cariz social.

Ainda neste período, foram realizadas 15 visitas domiciliárias no âmbito do acompanhamento de uma multiplicidade de situações/problemáticas.

Foi dado início ao processo de organização da III Feira de Emprego, Educação e Solidariedade envolvendo os parceiros Associação Académica do IPB e o Centro Social e Paroquial dos Santos Mártires.

Foi preparado o processo de atribuição de imóveis de habitação social através da elaboração do Relatório “Estratégia de Realojamentos 2013” com a priorização de famílias em situação de grave carência habitacional e ponto da situação dos imóveis em fase de reabilitação, apresentada e aprovada em reunião de câmara proposta de famílias para realojamento proximamente e preparação dos novos contratos a estabelecer com 8 agregados familiares.

2.3. UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE

No dia 23 de fevereiro iniciou-se a temporada das caminhadas rurais inseridas no projeto Bragança Saudável, Bragança Solidária, com a caminhada na freguesia de Pombares, onde participaram 35 caminheiros, percorrendo um total de 12 Km. Seguiu, depois, com a realização da caminhada na freguesia de Macedo do Mato com 60 caminheiros que percorreram cerca de 13 Km, na freguesia de Espinhosela que contou com 40 caminheiros que percorreram aproximadamente 14 Km e na freguesia de Nogueira com a participação de 120 caminheiros.

O projeto Desporto Sénior no Meio Rural, que visa abraçar todos os munícipes com mais de 65 anos, podendo excecionalmente abranger outras idades, está a decorrer na Freguesia de Grijó de Parada com uma média de 15 participantes, na freguesia de São Julião de Palácios com uma média de 20 participantes e na Freguesia do Paço de Rio Frio com uma média de 30 participantes.

Outras atividades

- Assinados, no dia 20 de março de 2013, os protocolos de colaboração entre o Município de Bragança e 14 entidades, para apoio à implementação dos planos de atividades, à realização de obras e à aquisição de instrumentos das 14 entidades, num total de 47.170,00€.

Este apoio abrange a atividade de duas entidades de solidariedade social e de 18 grupos nas áreas do teatro, da música (popular e erudita/vocal e instrumental), da etnografia, da dança, da poesia, da pintura... integrados nas associações referidas.

Com o cumprimento do protocolado as entidades comprometem-se a, entre outras atividades, realizar 54 espetáculos/participações, durante o ano de 2013, nas diferentes áreas artísticas, culturais e recreativas na área do concelho.

Na mesma ocasião foram também assinados protocolos de colaboração com as Associações Humanitárias do Bombeiros Voluntários de Bragança e Izeda com vista ao reforço da operacionalidade e eficiência do Serviço à Comunidade de modo a alcançar maiores níveis de segurança, no âmbito do Serviço Municipal de Proteção Civil, da aquisição de equipamento destinado a operações de limpeza de neve e espalhamento de sal, da aquisição de uma viatura de combate a incêndios urbanos e florestais e do apoio ao serviço permanente de prevenção a aeronaves no Aeródromo de Bragança, num total de 155.595,85€.

2.4 - DIVISÃO DE PROMOÇÃO ECONÓMICA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- Serviço de Turismo

Durante os meses de fevereiro e março foram atendidos no Posto Municipal de Turismo um total de 1972 turistas.

As nacionalidades com maior expressividade são a espanhola com um total de 1183, representando 60% dos visitantes e a portuguesa com 383, representando 19,5%. As restantes nacionalidades têm uma representatividade total de 406 turistas, correspondendo a 20,5%.

Com o objetivo de fomentar a gastronomia do concelho o município promoveu o Festival do Butelo e das Casulas nos dias 22|23|24 de fevereiro com o apoio da Confraria do Butelo e da Casula, integrado no programa “Fins de Semana Gastronómicos” promovido pela Entidade Regional do Turismo do Porto e Norte de Portugal.

Esta iniciativa teve como principal objetivo a integração e a divulgação do concelho no produto estratégico gastronomia e vinhos.

Esta ação contou com a participação de 22 restaurantes e 7 empreendimentos turísticos da cidade. Paralelamente foi criado um programa que contou com as seguintes atividades:

- Conferência “Da conservação ao Sabor” com a Dra. Fátima Moura; - Entronização de novos confrades na Domus Municipalis; - Visita ao Mercado Municipal; - Sightseeing pela cidade aos visitantes.

3 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS E OBRAS MUNICIPAIS

Divisão de Planeamento, Infraestruturas e Urbanismo

Foram, neste período, abertos sete concursos no valor de no valor de 1.267.313,53€+IVA, destacando-se os seguintes trabalhos: - Conservação da rede viária municipal - Pavimentação da estrada municipal 501 - 1 Baçal à estrada nacional 2018 - 3 e pavimentação da estrada municipal 501 e estrada municipal 504 acesso a Varge (296.428,95€); - Conservação da rede viária - Beneficiação da pavimentação da estrada municipal 503 - 1 acesso a Donai, pavimentação do caminho municipal 1186 entre Formil e Fontes Barrosas e pavimentação da caminho municipal 1052 de acesso a Moredo (199.278,58€); - Beneficiação e pavimentação das vias municipais, pavimentação da estrada municipal 524 de Carocedo a Grijó de Parada e CM 1046 da EM 524 a Freixedelo (237.511,00€); -Beneficiação e pavimentação da estrada municipal 542 de Coelhoso ao rio Sabor (349.120,00€); - Aquisição de bens e serviços para o fornecimento de núcleos expositivos e conteúdos do Centro de Memória do Forte São João de Deus (160.000,00€); - Ecopolis reconversão urbanística do Forte São João de Deus - Centro de referência em construção sustentável (Edifícios Municipais): Fornecimento e montagem de plataforma elevatória (20.000,00€); - Execução de um muro de vedação, na quinta da Trajinha, junto à Av. Cidade de León (4.975,00€).

Neste período foram adjudicados trabalhos no valor global de 405.477,75€+ IVA, nomeadamente: - Estudo para a execução de 4 painéis cerâmicos a integrar no wall de entrada do edifício dos Paços do Município, no âmbito das obras do Forte São João de Deus (15.000,00€); - Execução de painel cerâmico a integrar na parede do 1.º andar do edifício dos Paços do Município, no âmbito das obras do Forte S. João de Deus (34.000,00€); - Conservação e Beneficiação do CM 1064 à Sr. da Serra e da EM 506 à Petisqueira (162.799,85€); - Arranjo urbanístico da rua Emídio Navarro no acesso ao Paço Episcopal (102.248,45€); - Fornecimento e instalação de reservatório de 30 m³ e ligação à rede pública na aldeia de Martim (36.868,00€); - Instalação do Centro de Fotografia Georges Dussaut, recuperação de salas no Auditório Paulo Quintela (54.561,45€).

Outras obras a decorrer: - Reconversão Urbanística do Forte S. João de Deus e Remodelação dos edifícios da Sede do Município, com a intervenção denominada de “EcoPolis” e “Ecodomus”; - Execução de saneamento em Frieira, Vila Boa e Lagomar; - Execução de saneamento em Terroso, Parâmio e Gondesende; - Execução do Saneamento e ETAR em França, Rabal e Rebordãos. Atualmente os trabalhos desenvolvem-se na localidades de França, tendo em Rebordãos sido já executada uma fossa

sética e instalado o correspondente coletor de drenagem. Os trabalhos em Rabal serão iniciados brevemente; - Construção da primeira fase do Brigantia EcoPark; - Construção do novo espaço para a feira; - Construção do Recinto de Promoção e Valorização de Raças Autóctones; - Pavimentação de rua na Zona Industrial das Cantarias; - Beneficiação do antigo edifício da Cooperativa da Terra Fria, sito no Bairro da Estação; - Recuperação de salas no Auditório Paulo Quintela para instalação do Centro de Fotografia Georges Dussaut.

Através da maquinaria e recursos humanos da Câmara Municipal deu-se continuidade ao importante trabalho desenvolvido nas Freguesias rurais do Concelho de Bragança, nomeadamente limpeza de caminhos agrícolas nas Freguesias de S. Julião de Palácios, Deilão, Castrelos e Carrazedo; - abertura e limpeza de caminhos florestais e aceiros em Faílde, Grijó de Parada, Parada, Macedo do Mato, Coelhoso; Meixedo. - limpeza de estradas e caminhos rurais com recurso a destroçadores, entre outros; - Alargamento dos caminhos municipais 1061 e 1062 Mós/Valverde/Paredes.

Na área do Urbanismo destaque o trabalho desenvolvido tendo em vista a implementação da iniciativa “Licenciamento Zero”, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 141/2012, de 11 de julho, que prevê a desmaterialização dos procedimentos administrativos, simplificando a abertura e a modificação de diversos negócios, introduzindo um regime simplificado para a sua instalação e funcionamento.

Com o novo regime são eliminadas as licenças, autorizações, vistorias e outras permissões necessárias ao exercício de diversas atividades económicas, reforçando-se a fiscalização sobre essas atividades e a responsabilização dos empresários. O Licenciamento Zero entrará em vigor no dia 02 de maio de 2013.

4- DIVISÃO DE AMBIENTE, ÁGUAS E ENERGIA

4.1- Serviço de Águas e Saneamento

Executados os seguintes trabalhos: 1) Setor de Águas - Colocação dos contadores no exterior no Bairro Fundo Fomento de Habitação, Bloco B, na Coxa; - Substituição da conduta de água na travessia do rio, em Laviados. - Já referido procedeu-se à adjudicação da empreitada: “FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO DE 30M3 E LIGAÇÃO À REDE PÚBLICA NA ALDEIA DE MARTIM”. O projeto prevê a elevação da água da atual captação para o novo reservatório a instalar e ainda o reforço com novo sistema adutor de água. - Em fase de abertura de concurso público encontra-se o processo: “EXECUÇÃO DE FUIROS NAS LOCALIDADES DE ALFAIÃO, LAVIADOS E OUTEIRO”. O preço base é de 50.000,00€. A execução destes novos furos verticais reforçará, designadamente nos meses de verão, o abastecimento

de água a estas localidades. O furo a executar na localidade de Labiados antecipará a execução de um novo sistema de armazenamento de água com projeto já elaborado.

Foram, ainda, realizados os seguintes trabalhos: desobstrução em coletores (37); limpeza de fossas (47); execução de novas ligações (145); substituição de contadores (32); reparação de fugas (43).

No que concerne à Barragem de Veiguiñas, o Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, por sentença/acórdão de 11 de março de 2013, julgou improcedente a providência cautelar, da autoria da Quercus – Associação Nacional da Conservação da Natureza contra o Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, em que pedia a suspensão da eficácia da Declaração de Impacte Ambiental favorável condicionada à solução 1, variante B relativa ao Projeto de Reforço de Abastecimento de Água a Bragança, emitida pelo Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território a 19 de março de 2012, por falta de requisitos legais para que possa ser adotada.

A QUERCUS, em 19 de março de 2013, apresentou uma outra providência cautelar a solicitar o decretamento de suspensão de eficácia da declaração de utilidade pública do projeto de execução da reserva de água de Montesinho e de circuito de ligação ao sistema existente. Prevê-se que as obras iniciem durante o mês de junho de 2013.

4.2. Serviço de Espaços Verdes e Cemitérios e Serviço de Manutenção e Limpeza Urbana

Realizados os seguintes trabalhos:

- 1) Espaços verdes: Manutenção de todos os espaços verdes, monda e limpeza de canteiros, limpeza de folhas, corte de relva, poda de sebes e limpeza geral dos espaços; Requalificação de espaços junto à entrada nascente do IP4 – edifício Estrela do Nordeste, regularizando as terras, instalando sistema de rega gota-a-gota e plantando arbustos. No viveiro municipal procedeu-se à plantação de árvores de alinhamento e arbustivas, para futura estacaria, à estacaria de arbustivas e arbóreas, e sementeira de 1000 árvores.
- 2) Gestão Cemiterial: Durante o período em referência foram desenvolvidas as seguintes atividades: - Inumações – (30); - Concessão de terrenos (3); - Licenças de construção (6).
- 3) Manutenção Urbana: Foram colocados pilaretes de madeira na envolvente à Quinta da Trajinha, de forma a impossibilitar a utilização do espaço como plataforma de estacionamento. Foram colocados 17 pilaretes em passeios do Bairro e S. Tiago para impossibilitar a circulação e estacionamento de viaturas nos passeios pedonais.

- 4) Parques Infantis: Foi realizada uma requalificação profunda do baloiço e torre de escalada do Parque Infantil do jardim da Braguinha. A estrutura em madeira do baloiço já estava muito degradada e as redes da torre de escalada já não possuíam as necessárias condições de segurança e utilização.
- 5) Gabinete Técnico Florestal: Acompanhamento/fiscalização dos serviços de manutenção de espaços verdes. Coordenação com a empresa Metacortex do processo de revisão do PMDFCI 2013-2017, e apresentação na CMDFCI. Preparação do concurso de manutenção dos espaços verdes sazonais.

No dia 21 de março de 2013 comemorou-se o Dia da Árvore, envolvendo 26 IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social do concelho de Bragança, tendo sido entregues cerca de 54 árvores. O Dia Mundial da Árvore foi comemorado ainda, de uma forma inédita, pela cedência da manutenção de um espaço verde à APADI (Associação de Pais e Amigos do Diminuído Intelectual). Trata-se de uma ideia que poderá ser alargada a outras IPSS e instituições.

4.3. Serviço Municipal de Proteção Civil: Apoio logístico em incêndio urbano ocorrido na Rua Serpa Pinto. Colocação de sal na área urbana e aldeias do concelho. Articulação com o CDOS e Bombeiros das atividades do Serviço Municipal de Proteção Civil.

4.4. Médico Veterinário Municipal: No âmbito do PACE (Plano de Aprovação e Controlo de Estabelecimentos) foram efetuadas 14 vistorias a estabelecimentos de venda a retalho de carne e peixe. Foram efetuadas vistorias a 2 refeitórios do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico e também às instalações onde são confeccionadas as refeições pela empresa que fornece os almoços.

Emissão de parecer sobre 2 projetos de instalações pecuárias.

No âmbito do controlo de animais errantes, procedeu-se à captura de 83 canídeos e 2 felídeos, dos quais 3 foram adotados e 4 restituídos aos seus donos. A captura destes animais contribui para a melhoria das condições de segurança e higiene pública.

4.5. Serviço de Energia, Eletromecânica e Telecomunicações

Já está a funcionar, desde o início do mês de abril, a Microcentral Hidroelétrica do Fervença, integrada no edifício do Centro Ciência Viva de Bragança. Com uma potência de 20 KW, a Microcentral Hidroelétrica já produz energia elétrica em Baixa Tensão que será vendida ao operador de rede de distribuição (neste caso a EDP).

Neste projeto, pretende-se focar a vertente didática da instalação micro-hídrica, através de um quadro sinóptico demonstrativo da instalação em funcionamento, com ligação a “interface gráfica” para compreensão do esquema integral desde a tomada de água da albufeira até à produção e utilização da energia elétrica. Será, ainda, possível (entre outras valências) a visualização da produção de energia e a que é enviada à rede em tempo real, assim como a visualização da percentagem de produção face aos consumos do edifício, dos totais de energia produzida e consumida na instalação. Existe, também, a possibilidade de comandar manualmente a central, tendo em vista as funções didáticas da instalação. A Microcentral Hidroelétrica do Fervença representa um investimento de 120 mil euros.

Recorde-se que, no final do século XIX - início do século XX, a iluminação pública a petróleo, considerada defeituosa e anti-higiénica, deu lugar à iluminação elétrica, tendo-se iniciado o processo de iluminação das vilas e cidades. Bragança, no ano de 1906, ainda era iluminada por uma débil rede de lamparinas com funcionamento a petróleo, os candeeiros apagavam-se antes da meia-noite e nas noites de luar não eram acesos para poupar petróleo. A Câmara Municipal, em reunião de 8 de novembro de 1906, decidiu abrir concurso para a concessão da iluminação elétrica da cidade, com aproveitamento da queda de água no rio Fervença, zona dos Batocos. O concurso ficou deserto mais do que uma vez, tendo sido feitas várias tentativas, sem êxito, de ajuste direto.

A discussão de soluções alternativas, mudanças de executivo camarário, a revolução de 1910 e outras situações fizeram com que o problema da contratação se arrastasse até 16 de fevereiro 1912. A construção da Central dos Batocos, canal, barragem e restantes obras deveriam ser executadas em dois anos. Problemas diversos e o início da 1.ª Grande Guerra, para a qual foi mobilizado o engenheiro eletricista, concessionário da iluminação, e a falta de recursos fizeram com que só a 22 de dezembro de 1921, passados 15 anos, tivesse sido inaugurada a iluminação pública a eletricidade, cujas obras e trabalhos foram dirigidos pelo engenheiro francês Lucien Guerche. Passaram, ainda, algumas décadas, até que muitos dos cidadãos das aldeias bragançanas pudessem aceder a este benefício, o que para muitos só aconteceu após o 25 de Abril de 1974, mais de três quartos de século depois de Lisboa.

Nos 3 primeiros meses deste ano, verificou-se uma produção de energia de 637.350€ nas centrais hidroelétricas de Montezinho, Prado-Novo e Gimonde.

Foi lançado o concurso internacional para o fornecimento de Energia (Energia elétrica e gás natural), incluindo energia em Baixa Tensão Normal, Baixa Tensão Especial, Iluminação Pública, Média Tensão e Gás Natural. O valor base do concurso, para dois anos, é de 3.700.000€ + IVA (23%).

Executados os seguintes trabalhos: - Nova iluminação nas salas de exposições do Auditório Paulo Quintela; - Beneficiação de 5 apartamento nos Bairros Sociais; - Mudança do comando do sistema

semafórico do cruzamento Hospital; - Execução de ramal de fornecimento de energia ao novo painel informativo na Av. Sá Carneiro; - Certificação energética do Centro Ciência Viva; - Substituição para Leds dos semáforos do Cruzamento do Eixo Atlântico; - Continuação de trabalhos diversos de manutenção e reparação dos sistemas de aquecimento dos equipamentos municipais e execução de orientações de redução de consumo energético.

Outras atividades/assuntos relevantes:

- No dia 4 de março, teve lugar, na sede do grupo Faurecia em Nanterre (França), a primeira ação de promoção do PCT-TMAD (Parque de Ciência e Tecnologia de Trás-os-Montes e Alto Douro) Brigantia Ecopark, dirigida às grandes empresas, tendo em vista a captação de investimentos em projetos de investigação, desenvolvimento e inovação nos domínios temáticas de Eco construção, da Energia, do Ambiente e outras áreas de interesse para o desenvolvimento da visão do Brigantia Ecopark.

- No dia 10 de março de 2013 foi realizada a apresentação de alguns resultados dos estudos arqueológicos do sítio arqueológico da Torre Velha/Terras de S. Sebastião, em Castro de Avelãs, pelo Professor Doutor Pedro Carvalho, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, no âmbito do protocolo celebrado entre o Município de Bragança e a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, assinado no dia 28 de junho de 2012, que corresponde à primeira fase que tem como objetivo avaliar o potencial científico e patrimonial do referido sítio arqueológico.

- No dia 21 de março de 2013, na Sala de Atos do Teatro Municipal de Bragança, decorreu o Seminário “Desafios e Oportunidades para o Desenvolvimento Regional de Trás-os-Montes”, com a participação do Dr. Christian Saublens, presentemente diretor da EURADA, a Associação Europeia de Agências de Desenvolvimento, que conta com 140 membros em mais de 20 países.

- No dia 21 de março decorreu, na embaixada de Timor-Leste, em Lisboa, a assinatura de protocolo de cooperação entre o Município de Bragança, a Secretaria de Estado da Descentralização Administrativa de Timor-Leste e a Comissão Instaladora do Município de Aileu, para a instalação do futuro Município de Aileu, traduzindo a vontade e disponibilidade de criar e consolidar as instituições democráticas e do Poder Local, reforçar a presença da língua portuguesa e desenvolver e reforçar os laços de amizade e cooperação entre as populações dos respetivos municípios.

- No dia 22 de março, no Auditório Paulo Quintela, realizou-se o primeiro seminário de divulgação do projeto candidatado Biosfera Transfronteiriça, financiado pelo POCTEP (Programa Operacional de Cooperação Espanha-Portugal), que tem como principal objetivo apresentar uma candidatura à UNESCO programa Mab (Man and Biosphere) para propor a área territorial do ZASNET como Reserva de Biosfera.

- No dia 27 de março o Sr. Embaixador da República de Moçambique em Portugal visitou a cidade de Bragança, tendo em vista o fomento da cooperação ao nível do Ensino Superior e o desenvolvimento das condições para a atividade de empresas de Bragança em Moçambique e de Moçambique em Bragança.
- No dia 1 de abril teve lugar, na sede do grupo EDP em Lisboa, a segunda ação de promoção do PCT-TMAD (Parque de Ciência e Tecnologia de Trás-os-Montes e Alto Douro) Brigantia Ecopark, dirigida às grandes empresas, tendo em vista a captação de investimentos em projetos de investigação, desenvolvimento e inovação nos domínios temáticas de Eco construção, da Energia, do Ambiente e outras áreas de interesse para o desenvolvimento da visão do Brigantia Ecopark.
- No dia 3 de abril reuniram os Presidentes de Câmara do Distrito de Bragança, para analisarem a questão das acessibilidades que servem a região e a questão da ligação aérea Bragança-Vila Real-Lisboa.
- No dia 05 de abril de 2013, iniciou o Curso BIOURB – Diversidade Bioconstrutiva e Construção Bioclimática, promovido pela Câmara Municipal de Bragança. O curso pretende que os formandos adquiram conhecimentos acerca das potencialidades do clima local, bem como das soluções bioconstrutivas mais comuns existente na região de cooperação transfronteiriça Portugal-Espanha, de modo a adquirirem competências para a tomada de decisões de conservação e reabilitação com vista à valorização do património cultural e à sustentabilidade do edificado. Estão inscritos 90 formandos, os módulos serão ministrados por 17 professores.
- No dia 05 de abril, no Auditório Paulo Quintela, decorreu a apresentação do programa “Valorizar”, lançado pelo Ministério da Economia e do Emprego. Este programa tem como objetivo valorizar economicamente as regiões, através da dinamização empresarial, de novos investimentos, da criação de emprego no Interior do País.
- Aprovada, em Reunião de Câmara Municipal, a proposta de recusa relativa à intenção da Direção de Serviços da Região Norte de extinção dos jardins de infância (JI) de Gimonde, Salsas, Parada e Santa Comba de Rossas e a EB1 n.º 7 (Cantarias).
- No dia 13 de abril a Sra. Embaixadora de Cabo Verde em Portugal visitou Bragança, com o objetivo de participar no I Encontro de Associações de Estudantes Cabo-Verdianos em Portugal.

Município de Bragança, 16 de abril de 2013.

O Presidente da Câmara Municipal

António Jorge Nunes, Eng.º Civil “

----- Tomado conhecimento.

----- Rui Correia – Apresentou, por escrito, a seguinte

“MOÇÃO

----- A Portaria n.º 319/2013, de 12 de outubro que veio desenvolver o Decreto-Lei n.º 143/2012, de 11 de julho apresentou-nos um novo figurino na organização interna do IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional.

----- Esta reorganização desintegrou a área territorial de intervenção do IEFP de Bragança, transferindo alguns dos concelhos do distrito para outras unidades orgânicas, a saber: para Vila Real passaram Freixo de Espada à Cinta e Moncorvo (bem como Vila Nova de Foz Coa); para Chaves, passaram Mirandela, Carrazeda de Ansiães e Vila Flor.

----- A Autarquia reagiu à supra citada Portaria, considerando inaceitável que tenha sido tomada esta posição meramente política-administrativa que, e passo a citar, “ agride o povo de um território, decisão tomada nas suas costas, sem discussão, desprovida de uma visão de coesão e desenvolvimento do território.”

----- Acrescentando:.....

----- “ Com iniciativas destas não se incute confiança, visão de futuro e sentido de responsabilidade”.

----- Assim, e tendo em conta que até ao momento não houve qualquer alteração da referida Portaria, a Assembleia Municipal de Bragança, reunida em 26 de abril de 2013, vem solicitar ao Exmo. Sr. Ministro da Economia e do Emprego que reformule o texto da Portaria, no que à reorganização das áreas de intervenção dos centros do IEFP diz respeito, para que não divida o pouco que existe, divisão essa baseada em critérios desconhecidos, ou, a existirem, nada razoáveis, repondo a anterior área de intervenção do IEFP de Bragança, a tempo da preparação do próximo ano letivo.

----- a) Rui Correia”.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA MOÇÃO SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, UMA ABSTENÇÃO E CINQUENTA E SETE VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE CINQUENTA E OITO MEMBROS PRESENTES.**

----- **Fizeram declaração de voto os membros:** Vítor Pereira e Rui Correia.

PONTO 4.2 - DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:.....

PONTO 4.2.1 – Aquisição de prédio rústico sito na Zona Industrial das Cantarias - Inscrito na matriz predial respetiva da freguesia de Gostei sob o artigo 1018 - Para declaração de nulidade da

deliberação de declaração de utilidade pública e concessão de posse administrativa do referido prédio, tomada em sessão de 27 de abril de 2012;

-----Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança, em regime de substituição.

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia onze de março do ano de dois mil e treze, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“AQUISIÇÃO DE PRÉDIO RÚSTICO SITO NA ZONA INDUSTRIAL DAS CANTARIAS - INSCRITO NA MATRIZ PREDIAL RESPETIVA DA FREGUESIA DE GOSTEI SOB O ARTIGO 1018

Pela Divisão de Administração Financeira, foi presente a seguinte informação, elaborada pela Assessoria Jurídica Municipal:

Considerando que, no âmbito do procedimento administrativo de aquisição dos prédios destinados à expansão da Zona Industrial das Cantarias, foi considerado, com base na inscrição matricial respetiva, que o prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo 1018, da Freguesia de Gostei, era pertença de Jacinta do Menino de Jesus Jorge;

Considerando que, a Câmara Municipal de Bragança, no exercício da competência conferida pela alínea c) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, em reunião ordinária de 09 de janeiro de 2012, aprovou a resolução de requerer a declaração de utilidade pública da expropriação do referido prédio rústico, para expansão da Zona Industrial das Cantarias, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 10.º do Código de Expropriações;

Considerando que dando continuidade ao procedimento, se procedeu à notificação da munícipe, Jacinta do Menino de Jesus Jorge, da resolução de requerer a declaração de utilidade pública e da proposta de aquisição, por via do direito privado, do prédio rústico, pelo montante de €63 256,28, tendo por referência o valor de €7,66 por m2;

Considerando que, na falta de resposta, a Câmara Municipal, na sua reunião de 26 de março de 2012, tomou a deliberação de requerer junto da Assembleia Municipal, a declaração de utilidade pública

e a concessão de posse administrativa do prédio em referência, a qual veio a ser aprovada, por deliberação deste órgão, de vinte e sete de abril de 2012;

Considerando que, subseqüentemente a esta data, foi dado constatar aos Serviços Municipais que o prédio rústico havia sido registado na Conservatória do Registo Predial de Bragança, sob o n.º 1278, no dia 26 de março de 2012, em nome de Alzira Lúcia Jorge e Elias do Nascimento Rua, entre si casados, com base em escritura de justificação por usucapião que abrange 23 prédios;

Considerando que, o registo definitivo constitui presunção de que o direito existe e pertence ao titular inscrito, nos precisos termos em que o registo o define, por força do disposto no artigo 7.º do Código de Registo Predial e que, invocada a usucapião, os seus efeitos retrotraem-se à data de início da posse, a qual se considera como momento de aquisição da propriedade, por determinação expressa da alínea c) do artigo 1317.º do mesmo Código;

Considerando que, na falta de prova em contrário, se deve, assim, dar como provado no procedimento, a titularidade do prédio rústico a favor dos munícipes, Alzira Lúcia Jorge e Elias do Nascimento Rua, à data da deliberação da Câmara Municipal de 26 de março de 2012;

Considerando que, os referidos munícipes não foram notificados, na qualidade de proprietários, da resolução de requerer a declaração de utilidade pública e da proposta de aquisição do prédio, por via de direito privado;

Considerando que, não estavam, assim, reunidos, à data da deliberação da Câmara Municipal de 26 de março de 2012, os pressupostos vinculativamente exigidos no n.º 6 do artigo 11.º do Código de Expropriações, para a tomada da deliberação de requerer, junto da Assembleia Municipal, a declaração de utilidade pública e de concessão de posse administrativa do prédio em referência;

Considerando que, a deliberação da Assembleia Municipal de 27 de abril de 2012 é um ato conseqüente da deliberação da Câmara Municipal de 26 de março de 2012, importado a revogação desta a nulidade daquela, nos termos do disposto na alínea i) do n.º 2 do artigo 133.º do Código do Procedimento Administrativo;

Submete-se à Câmara Municipal, as propostas de deliberação de revogação da deliberação de 26 de março de 2012, de requerer a declaração de utilidade pública e a concessão de posse administrativa do prédio rústico inscrito na matriz predial respetiva da Freguesia de Gostei sob o artigo 1018 e descrito na CRP sob o n.º 1278, de solicitação à Assembleia Municipal da declaração de nulidade da deliberação de declaração de utilidade pública e concessão de posse administrativa do referido prédio, tomada na reunião de 27 de abril de 2012 e de notificação dos munícipes, Alzira Lúcia Jorge e

Elias do Nascimento Rua, para efeitos de celebração de contrato de promessa de aquisição do prédio, pelo montante de €63 256,28, tendo por referência o valor de €7,66 por m2.

Após análise e discussão, foi deliberado, com quatro votos a favor, dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Maria de Fátima Gomes Fernandes e Hernâni Dinis Venâncio Dias e uma abstenção, do Sr. Vereador, Humberto Francisco da Rocha, revogar a deliberação de 26 de março de 2012, na qual foi declarada a utilidade pública e a concessão de posse administrativa do prédio rústico inscrito na matriz predial respetiva da Freguesia de Gostei sob o artigo 1018 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1278.

Mais foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, solicitar à Assembleia Municipal a declaração de nulidade da deliberação de declaração de utilidade pública e concessão de posse administrativa do referido prédio, tomada em sessão de 27 de abril de 2012.

Por último, foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, que se proceda à notificação dos munícipes, Alzira Lúcia Jorge e Elias do Nascimento Rua, para efeitos de celebração de contrato de promessa de aquisição do prédio, pelo montante de €63 256,28, tendo por referência o valor de €7,66 por m2.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 10 de março de 2013.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, UMA ABSTENÇÃO E CINQUENTA E OITO VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE CINQUENTA E NOVE MEMBROS PRESENTES.**

----- **Fez declaração de voto a membro Ana Almeida.**.....

PONTO 4.2.2 - Aquisição de serviços para elaboração do material divulgativo e promocional, preparação de conteúdos para a página web e tradução de documentos do projeto “clt2012/vol121/precristian traditions - masquerades” – Assunção de Compromissos Plurianuais – Autorização Prévia pela Assembleia Municipal;.....

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança, em regime de substituição.

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e cinco de março do ano de dois mil e treze, devidamente aprovada e com a presença dos Srs., Vice-Presidente, Rui Afonso Cepeda Caseiro, que Presidiu à Reunião, em virtude do Sr. Presidente, se encontrar de férias; e Vereadores, José Leonel Branco Afonso, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, Geraldo Alberto Leite da Assunção e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DO MATERIAL DIVULGATIVO E PROMOCIONAL, PREPARAÇÃO DE CONTEÚDOS PARA A PÁGINA WEB E TRADUÇÃO DE DOCUMENTOS DO PROJETO “CLT2012/VOL121/PRE-CRISTIAN TRADITIONS - MASQUERADES” – Assunção de Compromissos Plurianuais – Autorização Prévia pela Assembleia Municipal

Pelo Sr. Vice-Presidente foi apresentada a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Educação, Cultura e Ação Social:

No âmbito da promoção das atividades previstas no projeto “CLT2012/Vol121/Pre-Cristian Traditions - Masquerades” financiado pela União Europeia através da ação Strand 1.2.1 do “Programa Cultura 2007-2013”, torna-se necessário proceder à aquisição de serviços para elaboração do material divulgativo e promocional, preparação de conteúdos para a página web do projeto na parte correspondente ao Município de Bragança e tradução de documentos do projeto “CLT2012/Vol121/Pre-Cristian Traditions - Masquerades”.

O valor global estimado é de 18.000,00€ (dezoito mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, reportando-se o montante de 8.100,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, ao ano económico de 2013 e o montante de 9.900,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, ao ano económico de 2014.

Dado que a despesa implica a assunção de compromisso plurianual a mesma está sujeita a autorização prévia da assembleia municipal, nos termos do estipulado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, aprovar a referida proposta, bem como submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos do previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 10 de março de 2013.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE, ESTANDO MOMENTANEAMENTE CINQUENTA E NOVE MEMBROS PRESENTES.**

PONTO 4.2.3 - Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2012 e proposta de aplicação de resultados.....

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“ I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança, em regime de substituição

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia oito de abril do ano de dois mil e treze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, Geraldo Alberto Leite da Assunção e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO ANO DE 2012 E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em cumprimento do estabelecido na alínea e) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de janeiro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, pelo Sr. Presidente, foram presentes, os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2012, previamente distribuídos pelos Srs. Vereadores, ficando um exemplar arquivado em Pasta Anexa ao Livro de Atas e cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, elaborados no âmbito do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as sucessivas alterações e de acordo com a resolução n.º 04/2001 - 2.ª Secção, Instruções n.º 01/2001, do Tribunal de Contas.

Os referidos documentos são constituídos pelo Relatório de Gestão e Mapas e Anexos às Demonstrações Financeiras, comportando estes últimos o Balanço, a Demonstração de Resultados e os Anexos às Demonstrações Financeiras.

Os documentos em apreciação, elencados no ANEXO I, das Instruções n.º 01/2001 do Tribunal de Contas, encontram-se integralmente elaborados e devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta, quando para tal for solicitado. Destes não constam o mapa dos Subsídios Concedidos (ponto 8.3.4.3 do Pocal), e os mapas dos Ativos de Rendimento Fixo e Variável (pontos 8.3.5.1 e 8.3.5.2 do Pocal) pelo facto de os mesmos não assinalarem movimentos.

O Balanço do ano de 2012 apresenta um ativo líquido no valor de 204.781.600,57€, registando os fundos próprios e o passivo igual montante. A demonstração de resultados apresenta custos na ordem dos 27.167.501,51€ e proveitos no montante de 29.015.844.41€, originando um resultado líquido do exercício positivo de 1.848.342,90€.

No mapa dos fluxos de caixa estão discriminadas as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental quer às operações de tesouraria, onde se evidenciam também os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte) desagregados de acordo com a sua proveniência.

Este mapa apresenta, na gerência de 2012, os seguintes valores: Um total de recebimentos no valor de 37.212.778,84€, que compreendem 1.671.094,51€ do saldo da gerência anterior, 34.303.666,11€ de receita orçamental (receitas correntes no montante de 22.182.379,45€, receitas de capital no montante de 12.105.564,57€ e o valor de 15.722,09€ relativo a outras receitas) e 1.238.018,22€ de operações de tesouraria.

Foram efetuados pagamentos no valor total de 35.733.403,89€, correspondendo 34.326.495,46€ a despesas orçamentais (despesas correntes no montante de 19.070.464,86€ e 15.256.030,60€ de despesas de capital), e 1.406.908,43€ relativos a operações de tesouraria.

Estes valores evidenciam um saldo de 1.479.374,95€ a transitar para a gerência do ano seguinte, sendo o seu valor de 161.167,82€ referente à execução orçamental e 1.318.207,13€ referente a operações de tesouraria. Assim, propõe-se que a aplicação do resultado líquido do exercício no valor de 1.848.342,90€, seja aplicado da seguinte forma: constituição de reservas legais no valor de 92.417,15€ e o restante no valor de 1.755.925,75€ para reforço do Património.

De seguida o Sr. Presidente procedeu à apresentação do documento de forma sucinta:

APRESENTAÇÃO

A execução orçamental foi de 82,78%, um elevado nível de execução, comparativamente à média no País, próxima dos 60%. A boa execução deve-se ao rigor na previsão das receitas e na execução orçamental resultante de uma adequada ação de planeamento e controlo da realização.

Foi garantido o equilíbrio orçamental, ou seja, garantidos os recursos necessários para cobrir todas as despesas. As receitas brutas correntes superaram as despesas correntes, libertando recursos para aumentar o investimento. Salienta-se com a necessária relevância, o facto de no exercício de 2012, tal como nos dois anteriores, não terem sido aumentadas taxas e tarifas, as taxas de IMI têm sido diminuídas e não ser aplicada taxa de derrama às empresas.

Como elementos positivos do lado da despesa, salienta-se a diminuição da despesa corrente em 9,00%, e o aumento da despesa de capital em 39,61%, sendo o investimento financiado em 62,26% por Fundos Comunitários.

A dívida total do Município (curto, médio e longo prazo) diminuiu 9,11%, sendo a estrutura da dívida de 58,88% no médio e longo prazo e 41,12% de curto prazo. A dívida representa 32,29% da receita global, contra 105% no ano de 1997, sendo proporcionalmente 3,25 vezes inferior à de há quinze anos atrás. Fizemos o caminho da formiga, percurso inverso ao que o País fez, que aumentou a dívida pública em 90% numa só década, estando atualmente nos 120 % do PIB, dívida que é três vezes superior à receita anual do Orçamento de Estado. Saliento que a dívida per capita do Município é a mais baixa de entre os municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro, duas vezes e meia inferior à média nacional; quatro vezes e meia inferior à média do Distrito.

O património do Município aumentou 5,3 milhões de euros, subindo de 64,6 milhões de euros no ano de 2002 para o valor global de 204,8 milhões de euros a 31 de dezembro de 2012. O grande crescimento do património do Município deve-se ao forte ciclo de investimento feito na última década e meia (entre 1997 e 2012, e que envolveu um investimento global de 266 milhões de euros).

O resultado líquido do exercício económico de 2012 é positivo com o valor de 1,8 milhões de euros, que será aplicado em reservas legais e para o reforço do património. O Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Atividades Municipal evidenciam uma boa taxa de execução, com variados e bons investimentos, que servem o desenvolvimento social e económico do Concelho, a qualidade de vida e bem estar dos cidadãos, investimento que os cidadãos apreciam de forma positiva.

Foram apoiados diversos projetos de investimento e o funcionamento corrente, de instituições sociais, humanitárias, religiosas e movimento associativo, contribuindo para os bons resultados sociais destas entidades no apoio direto aos cidadãos, apoio que complementa de forma muito significativa a intervenção pública em setores relevantes como a cidadania, as áreas sociais, humanitárias e religiosas, também o movimento associativo cultural, desportivo e recreativo, beneficiou de apoios significativos do Município.

Com as Juntas de Freguesia foi mantido um ativo relacionamento de cooperação no plano logístico, técnico e financeiro, que em conjunto tem garantido a execução de uma obra que dignifica o poder local, fortalece a cidadania, garantindo resposta possível e adequada às solicitações dos cidadãos.

Quanto ao funcionamento dos serviços municipais, destaca-se a prioridade concedida no âmbito dos projetos de modernização administrativa com vista a assegurar melhor serviço público, maior produtividade e eficiência global dos serviços. Ao longo do ano foram certificados os Serviços de Atendimento; Obras Particulares; Recursos Humanos; Aprovisionamento e Gestão de Sistemas de Informação.

No final do ano foi aprovada uma nova Reorganização de Serviços Municipais que envolveu a redução do número de chefias e a aprovação de organigrama que responde à internalização das atividades das empresas municipais em fase de dissolução e prepara os serviços para um novo ciclo de gestão municipal, que inclui mais manutenção, menos investimento e mais promoção económica e social.

Os trabalhadores do Município têm, de um modo geral, demonstrado elevado empenho e sentido de responsabilidade, apesar dos sacrifícios que lhes estão a ser impostos em termos de cortes salariais para cumprimentos dos acordos de ajustamento na despesa pública exigidos pela TROIKA, cumprindo com os objetivos de organização interna, de relacionamento com os cidadãos, de iniciativa no plano da modernização administrativa e da sustentabilidade global da atividade do Município, garantindo regularidade e legalidade na ação conforme relatório de auditoria e certificação legal de contas pelo que, em nome da Câmara Municipal quero deixar a todos o necessário agradecimento, em particular às chefias que têm compreendido as orientações do Executivo Municipal e as tem transmitido corretamente aos vários setores.

Também uma nota de reconhecimento aos prestadores de serviços e fornecedores de bens, às empresas e às Instituições com as quais o Município mais se relaciona, assim como aos outros níveis de administração política como seja a Administração Central e em particular as Juntas de Freguesia que conosco colaboraram para podermos alcançar resultados positivos, apesar da crise financeira, económica e social e da grave situação das contas públicas, o que nos permite com a satisfação do dever cumprido encerrar a atividade do ano de 2012 com resultados positivos nas contas, na redução da dívida global, com importantes investimentos em execução e com regularidade administrativa e financeira, cumprindo com os normativos legais, em síntese, com uma imagem global positiva que perante os cidadãos e o país, dignifica a Instituição e o Poder Local Democrático.

Devo salientar que no âmbito das reuniões de Câmara Municipal, a regularidade, ponderação e a procura das melhores opções esteve sempre presente nas resoluções tomadas, que garantiram a regularidade em termos administrativos e legais. Os Vereadores a Tempo Inteiro, com competências delegadas, assumiram com elevado sentido de responsabilidade e grande empenho as complexas e amplas tarefas no quadro da gestão política e operacional.

Pelo exposto, considerando que os documentos de prestação de contas e a proposta de aplicação do resultado líquido do exercício estão corretamente elaborados e fundamentados, que a legalidade foi cumprida ao longo do exercício e que o resultado global é positivo, proponho a sua aprovação, bem como a sua submissão, para apreciação e votação, da Assembleia Municipal.

Após a apresentação, o Sr. Presidente, colocou o assunto à votação, tendo os Srs. Vereadores, apresentado as seguintes Declarações de Voto:

Intervenção do Sr. Vice- Presidente, Rui Caseiro

Os documentos de prestação de contas referentes ao ano de 2012 traduzem, acima de tudo um elevado rigor na gestão do orçamento, demonstrando com clareza a preocupação do executivo com o equilíbrio das contas do Município.

Da análise à execução orçamental de 2012 devo realçar a boa execução a nível das receitas correntes (95,27%), apesar da crise vivida. De realçar também a atitude inteligente de direcionar receitas correntes (14%) para despesas de capital, reforçando a receita de capital em 26%. Graças a este procedimento foi possível, em 2012, concretizar e iniciar um conjunto de investimentos estruturantes e fundamentais para o futuro da sociedade brigantina, com especial destaque para alguns investimentos na área económica como são o Parque de Ciência e Tecnologia (Brigantia Ecopark), o Recinto de Valorização das Raças Autóctones e o Recinto da Feira. Apesar do elevado investimento efetuado no ano de 2012, a dívida do Município diminuiu e o património aumentou. De registar também o esforço do executivo e dos trabalhadores no sentido de qualificar os serviços de atendimento ao público tanto a nível de procedimentos como de espaços criados (balcão único).

O relatório traduz naturalmente o empenho, compreensão e participação de todos os trabalhadores do município, na concretização de um conjunto vasto de atividades, que contribuem para o bem-estar dos Bragançanos.

Voto favoravelmente os Documentos de Prestação de Contas e a proposta da Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2012.

Intervenção da Sra. Vereadora, Fátima Fernandes

Declaração de voto – A favor

O documento apresenta de forma clara a gestão rigorosa, com um trabalho de bom planeamento, que tem vindo a ser realizada nos últimos anos a nível do controle de despesas sem, contudo, descurar o investimento necessário para o desenvolvimento do nosso concelho, ajustando-a à situação de crise socioeconómica que o país atravessa, garantido o equilíbrio financeiro

Atingiram-se bons níveis de execução, acima da média de execução de outros municípios do país, continuando, o forte ciclo de investimento. Apesar de se ter conseguido baixar a despesa corrente, não se perdeu a regularidade da atividade dos equipamentos culturais existentes, mantendo uma programação de qualidade, permitindo oferecer à população de Bragança uma programação de grande qualidade e diversidade.

De igual modo, conseguiu-se manter, tendo em conta a situação frágil das famílias mais carenciadas do nosso concelho, os apoios sociais que trazem ajudas no dia a dia dos agregados familiares, nomeadamente nos apoios sociais na área da educação e na área da habitação com a requalificação de fogos sociais e o realojamento de famílias. Indo, ainda, ao encontro das famílias com mais dificuldades, houve um esforço em diminuir ou não aumentar as taxas e tarifas, procurando sempre apoiar estas famílias com medidas adequadas a cada caso.

Manteve-se, ainda, o apoio às associações culturais, às escolas de modo a ajudar no funcionamento regular das suas atividades. Estes apoios contemplaram de forma substancial as instituições sociais a nível do investimento e do funcionamento corrente.

Intervenção do Sr. Vereador, Hernâni Dias

Da análise aos documentos de prestação de contas de 2012, constata-se que a CMB concebeu, para 2012, um bom planeamento de atividades e, com rigor, elaborou a previsão de receitas e de despesas.

O princípio do equilíbrio orçamental foi cumprido, uma vez que se trabalhou no sentido de garantir a integral cobertura das despesas previstas em orçamento. Saliento o facto de as receitas brutas correntes terem superado as despesas correntes, permitindo libertar uma verba significativa (mais de 3 milhões de euros) para investimento.

Para a estrutura da receita do ano em análise concorreram, em percentagem muito significativa, os montantes provenientes de fundos comunitários, o dobro do ano anterior, as transferências de fundos da Administração Central e as receitas próprias, realçando que não houve recurso a fundos provenientes de empréstimos, nem de vendas de bens de investimento.

Por outro lado, a despesa corrente, que diminuiu 9% relativamente ao ano transato, representa 55,56% da despesa global e a despesa de capital, que representa 44,44% da despesa global, teve um

aumento de 39,61% relativamente ao ano anterior, destacando que o investimento direto do Município subiu mais de 50%.

O somatório da dívida de curto, médio e longo prazo, isto é, a dívida total do Município apresenta uma diminuição de 9,11% comparativamente ao ano anterior, representando 32,29% da receita anual global e apresenta um valor inferior a 50% do valor da dívida de 1997, resultado do grande rigor financeiro e de gestão que tem vindo a ser seguido pelos Executivos do PSD, liderados pelo Eng.º Jorge Nunes. No entanto, tem garantido um continuado ciclo de investimento na Cidade, na Vila de Izeda e nas aldeias do Concelho, numa atitude de tratamento e olhar atento e com equidade para o conjunto do território do Município, sendo o ano de 2012 o quarto ano com maior volume de investimento dos últimos 15 anos, tem promovido e conseguido o aumento do património Municipal, atingindo, no ano de 2012, o valor de 204 milhões de euros e tem assegurado o aumento da qualidade de vida dos nossos concidadãos.

Apesar do elevado investimento Municipal, o MB continuou a garantir o apoio às Instituições do concelho, tanto na área desportiva, cultural, religiosa, proteção e socorro e social, quer para investimento, quer para funcionamento, às Juntas de Freguesia para assegurar a satisfação das necessidades das populações, num apoio global de 3,12 milhões de euros, dos quais 2,17 milhões para investimento e 0,95 milhões para despesa corrente, num claro sinal de que o Município está atento a todos os setores da sociedade e com eles estabelece uma relação de proximidade em benefício dos cidadãos.

Em conclusão, o rigor orçamental, que levou à redução da dívida, ao aumento do património Municipal e do investimento Municipal e que resultou, no ano de 2012, na realização de várias operações de melhoramento, de embelezamento, de reabilitação e de construção de equipamentos, dos quais destaco: a intervenção urbanística na Zona do Forte S. João de Deus, com a construção do novo edifício, numa lógica de construção sustentável, para acolhimento dos vários serviços do Município, que conferirá melhores condições aos trabalhadores para que continuem a prestação de serviços de elevada qualidade aos munícipes; espaço para instalação definitiva da feira; construção da primeira fase do Parque de Ciência e Tecnologia; abertura de novas artérias viárias; construção do recinto de valorização de raças autóctones, entre outras..., mostra que o Município de Bragança tem um caminho bem definido, bem estruturado e que o mesmo lhe confere bons resultados, como se percebe pelo relatório e contas de 2012, pelo que voto favoravelmente

Intervenção do Sr. Vereador, Humberto Rocha

Voto contra, porque os números traduzem uma perspetiva de gestão absolutamente distinta daquela que eu defendo para o Município.

Intervenção do Sr. Vereador, Geraldo da Assunção

Abstenho-me, em virtude de serem as contas relativas ao ano de 2012 e como tal não faria sentido outro tipo de voto. No entanto não quero deixar de felicitar a excelente gestão que tem sido concretizada pelo Executivo Municipal, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara, Eng.º Jorge Nunes, bem como louvar o esforço que tem sido realizado, no sentido de colocar o Município de Bragança no pelotão da frente do bom desempenho autárquico.

O Documento de Prestação de Contas relativo ao ano de exercício de 2012, foi aprovado, com quatro votos a favor dos Srs., Presidente e Vereadores, Rui Caseiro, Fátima Fernandes e Hernâni Dias, um voto contra, do Sr. Vereador, Humberto Rocha e uma abstenção, do Sr. Vereador, Geraldo da Assunção.

Mais foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, aprovar a proposta da Aplicação do Resultado Líquido do Exercício.

Assim, nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 64.º e do previsto na alínea a) do n.º 6, do artigo 64.º, para efeitos do estabelecido na alínea c) do n.º 2 do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e nos termos do ponto 2.7.3.1. do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as respetivas alterações, submetem-se, para apreciação e votação da Assembleia Municipal, os Documentos de Prestação de Contas e a proposta da Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2012, respetivamente.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 10 de março de 2013.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

II - ANEXO I

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS/ 2012 – CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS/2012

----- APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, DEZASSEIS ABSTENÇÕES E CINQUENTA E DOIS VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SESSENTA E OITO MEMBROS PRESENTES.

----- Fizeram declaração de voto os seguintes membros: Luís Pires; Eduardo Malhão e José Lourenço.

PONTO 4.3 - DISCUSSÃO E TOMADA DE CONHECIMENTO sobre a seguinte proposta da Câmara Municipal de Bragança:

PONTO 4.3.1 - Auditoria Externa às Contas do Município de Bragança - Relatório de Análise Económico-Financeira reportado a 31 de dezembro de 2012 e Certificação Legal de Contas.

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“ I – CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança, em regime de substituição.

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia oito de abril do ano de dois mil e treze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, Geraldo Alberto Leite da Assunção e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“AUDITORIA EXTERNA ÀS CONTAS DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA - RELATÓRIO DE ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA REPORTADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Pelo Sr. Presidente, foi presente o Relatório de Análise Económico – Financeira e Certificação Legal de Contas do ano de 2012, previamente distribuídos pelos Srs. Vereadores, ficando um exemplar arquivado em Pasta Anexa ao Livro de Atas e cujo teor se dão por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais, elaborados pela empresa de auditoria externa, Fátima Pereira & Carlos Duarte, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, em cumprimento do estabelecido do n.º 2 do artigo 47.º e da alínea d) do n.º 3 do artigo 48.º, da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro.

O Executivo Municipal tomou conhecimento, e em cumprimento do disposto do n.º 2 do artigo 47.º e alínea d) do n.º 3 do artigo 48.º, do referido Diploma, remete os documentos à Assembleia Municipal.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 10 de março de 2013.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

II – ANEXO II

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

----- Tomado conhecimento.

PONTO 4.4 - DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:

PONTO 4.4.1 - Consolidação de Contas e Certificação Legal de Contas Consolidadas relativas ao ano de exercício de 2012;.....

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança, em regime de substituição

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia oito de abril do ano de dois mil e treze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima

Gomes Fernandes, Geraldo Alberto Leite da Assunção e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“CONSOLIDAÇÃO CONTAS E CERTIFICAÇÃO DE LEGAL DE CONTAS CONSOLIDADAS RELATIVAS AO ANO DE EXERCÍCIO DE 2012

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Administração Financeira:

O n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, que aprovou a Lei das Finanças Locais (LFL), estabelece que *“Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas previstos na Lei, as contas dos municípios que detenham serviços municipalizados ou a totalidade do capital de entidades do setor empresarial local, devem incluir as contas consolidadas, apresentando a consolidação do balanço e da demonstração de resultados com os respetivos anexos explicativos, incluindo, nomeadamente, os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazo”*.

Acrescenta-se, ainda, naquela norma legal, no n.º 2 que *“Os procedimentos contabilísticos para consolidação de balanços dos municípios e das empresas municipais ou intermunicipais são os definidos no POCAL”*, facto até à data ainda não concretizado.

Considerando, assim, a necessidade de consolidar contas, resultante de imperativo legal, foi publicada a Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, através da qual é aprovada (artigo 1.º) a Orientação n.º 1/2010, intitulada de *“Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo”*.

Refere o artigo 5.º da mesma norma legal, (regime transitório) que até à publicação da norma de consolidação de contas previstas nos planos setoriais ou de uma norma única de consolidação de contas aplicável a todas as administrações públicas que compõem o setor público administrativo devem ser observados os princípios de consolidação de contas estabelecidos na presente Portaria.

Face à necessidade de aplicação deste regime pelos municípios portugueses de forma coerente, harmoniosa e comparável, e considerando as lacunas existentes na articulação dos vários normativos, Lei das Finanças Locais, Portaria e Orientação n.º 1/2010, foram emanadas pelo grupo SATAPOCAL em maio de 2011 um conjunto de instruções que visam permitir a articulação dos vários regimes.

Dada a impossibilidade da consolidação de contas do exercício de 2010, pelos motivos identificados, o ano de 2011 foi considerado como “ano zero”.

Após análise e discussão, foi deliberado, com quatro votos a favor, dos Srs., Presidente e Vereadores, Rui Caseiro, Fátima Fernandes e Hernâni Dias e duas abstenções dos Srs. Vereadores,

Humberto Rocha e Geraldo da Assunção, aprovar a proposta do Documento de Consolidação de Contas, relativo ao ano de exercício de 2012.

Mais foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes e nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 64.º e do previsto na alínea a) do n.º 6, do artigo 64.º, para efeitos do estabelecido na alínea c) do n.º 2 do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e nos termos do ponto 2.7.3.1. do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as respetivas alterações, submetem-se, para apreciação e votação da Assembleia Municipal, o Documento de Consolidação de Contas, relativo ao ano de exercício de 2012.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 10 de março de 2013.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, DEZOITO ABSTENÇÕES E CINQUENTA VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SESENTA E OITO MEMBROS PRESENTES.**

PONTO 4.4.2 - Proposta da Quinta Modificação – Primeira Revisão ao Orçamento Municipal da Receita, Primeira Revisão ao Orçamento Municipal da Despesa e Primeira Revisão ao Plano de Atividades para o ano 2013.

..... Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“ I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança, em regime de substituição

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia oito de abril do ano de dois mil e treze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, Geraldo Alberto Leite da Assunção e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“PROPOSTA DA QUINTA MODIFICAÇÃO – PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DA RECEITA; PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DA DESPESA; E PRIMEIRA REVISÃO AO PLANO DE ATIVIDADES PARA O ANO 2013

Pela Divisão de Administração Financeira foi presente a Primeira Revisão ao Orçamento da Receita e Despesa e ao Plano de Atividades Municipais para o ano de 2013.

As revisões ao Orçamento e ao Plano de Atividades Municipais (PAM) encontram-se previstas no POCAL e executam-se perante situações perfeitamente tipificadas que obedecem a princípios e regras previsionais legalmente aprovadas naquele diploma.

A proposta agora apresentada, de revisão, na ótica da Receita, tem por base:

1. O reforço, no montante de 923 500,00 euros, da rubrica Vendas de Bens de Investimento (Terrenos);

2. A diminuição, no montante de 923 500,00 euros, da rubrica de Passivos Financeiros (Empréstimos a Médio e Longo Prazos), reportando-se este valor ao diferencial do empréstimo relativo ao Contrato de Financiamento Reembolsável (Contrato de Empréstimo-Quadro celebrado entre a República Portuguesa e o Banco Europeu de Investimento) autorizado em 679 530,00 euros pelo Tribunal de Contas em visto prévio datado do dia 4 de fevereiro de 2013;

3. A incorporação do Saldo da Gerência relativo ao ano de 2012 na presente revisão, no valor de 161 000,00 euros.

Na ótica da Despesa, tem por base:

1. O reforço, no montante de 61 000,00 euros, da dotação da rubrica Aquisição de Serviços (Encargos de Instalações);

2. A anulação, no montante de 300 000,00 euros, da dotação do projeto inscrito no PAM (7/2012) com a designação “*Construção do Parque de Ciência e Tecnologia – Brigantia Ecopark*”, pelo facto de a natureza da despesa a realizar não se evidenciar numa transferência de capital para a Construção do Parque de Ciência e Tecnologia – Brigantia Ecopark, mas sim na aquisição de unidades de participação do Fundo Social da Associação para o Desenvolvimento do Brigantia Ecopark;

3. O reforço, no montante de 400 000,00 euros, da dotação da rubrica Ativos Financeiros (Ações e Outras Participações em Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras – Públicas) para aquisição de unidades de participação do Fundo Social da Associação para o Desenvolvimento do Brigantia Ecopark.

Assim, o Orçamento para o ano Económico de 2013, teve um aumento de 161 000,00 euros, quer na Receita quer na Despesa e apresenta um valor total de 40 104 800,00 euros. O PAM teve um decréscimo de 300 000,00 euros, passando a dotação global a ser de 2 106 100,00 euros.

Nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 64.º e para efeitos da alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, propõe-se a sua aprovação pela Câmara Municipal, bem como a submissão da referida proposta para aprovação da Assembleia Municipal.

Após análise e discussão, foi deliberado, com quatro votos a favor, dos Srs., Presidente e Vereadores, Rui Caseiro, Fátima Fernandes e Hernâni Dias e duas abstenções, dos Srs. Vereadores, Humberto Rocha e Geraldo da Assunção, aprovar a Proposta da Primeira Revisão ao Orçamento Municipal, Plano Plurianual de Investimento e Plano de Atividades Municipais para o ano de 2013, bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 64.º e para efeitos da alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, de acordo com a informação da Divisão de Administração Financeira.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 10 de março de 2013.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

II – Anexo

1.ª Revisão ao Orçamento

Receita, Despesa e Plano de Atividades Municipais

----- APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, VINTE ABSTENÇÕES E QUARENTA E OITO VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SESENTA E OITO MEMBROS PRESENTES.

----- Fez declaração de voto o membro Luís Pires.

PRESENCAS: Seguem-se as presenças e faltas dos membros que constituem a

A – Assembleia:

I – PRESENÇAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:

1 – Mesa:

Presidente – Luís Manuel Madureira Afonso

Primeiro Secretário – Acúrcio Álvaro Pereira

Segunda Secretária – Maria Madalena Morais Morgado

2 – Membros:

Adriana da Conceição Vilares Angélico
Amândio dos Anjos Gomes
Ana Cristina de Carvalho Alves Botelho
Anibal de Jesus Raimundo Morais
António Eduardo Fernandes Malhão
António Manuel Teixeira Batista
António Nuno Neves Pires *
Armando José Pereira *
Bruno José Fernandes Miranda *
Cândido Vaz Alves
Carlos Abílio Moreno
Domingos Moura dos Santos
Élia Fátima Moreira Ferreira Cordeiro
Isabel Maria Lopes
João Paulo da Veiga Matos
Maria do Amparo Mendes Alves *
Maria Eugénia Cerqueira Barreira Afonso
Maria Natália Rodrigues Alves *
Maria Teresa
Rui Fernando Rodrigues Correia
Vânia Alexandra da Silva Rodrigues

2 – Membros:

Alcídio Augusto Castanheira
Alzira da Conceição Bento
Bruno Viriato Gonçalves Costa Veloso
Dinis Manuel Prata Costa
João Batista Ortega
Luís Carlos Magalhães Pires

Luís Filipe Pires Fernandes
Luís Manuel Silvestre
Manuel António Pires
Maria Celina da Silva Paula *
Maria de Fátima Renovato Veloso
Sandra Marisa Rodrigues Valdemar
Vanda Marisa das Graças Espírito Santo
Vítor Prada Pereira

MOVIMENTO SEMPRE PRESENTE

Agostinho Gonçalves Esteves
Armando José Morais
José Fernando Cameirão
José João Martins Lourenço
Manuel Agostinho Pires Diz
Normando dos Santos Lima

COLIGAÇÃO DEMOCRATA UNITÁRIA

Leonel dos Santos Fernandes *

BLOCO DE ESQUERDA

Luís Miguel Vale Fernandes Vale

CENTRO DEMOCRATICO SOCIAL/ PARTIDO POPULAR

Ana Cláudia Guedes de Almeida

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

Alfaião	João Adriano Rodrigues
Aveleda	José Carlos Fernandes Valente
Babe	Alberto Manuel de Sousa Pais
Baçal	João Francisco Alves
Calvelhe	Ernesto Augusto Morgado Gomes
Carragosa	Jorge Augusto Ala
Carrazedo	César Luís Gonçalves
Castrelos	Pedro Miguel Castro Veiga
Castro Avelas	José Vicente Fernandes
Coelhoso	Paulo Manuel Almeida da Veiga
Deilão	Manuel Benites Inácio
Donai	Luís Aníbal Rodrigues Martins
Espinhosela	Telmo Ramiro Prada Afonso

França	Amândio dos Santos Costa
Gimonde	João Victor Alves
Gondesinde	Anibal Gilberto Rodrigues Afonso
Gostei	Carolina de Jesus Fernandes
Grijó de Parada	Maria Helena Santos Branco
Izeda	Maria Rosa Galhardo Pinto Pires
Macedo Mato	João Nascimento Fernandes
Meixedo	Luís Urbano Gonçalves
Mós	Anselmo Aníbal Martins
Nogueira	José António Prada
Outeiro	João Manuel Dias Sardinha
Parad. Nova	Domingos António Seca
Pinela	António Jorge Brás Pires
Pombares	Afonso Augusto Pires Domingues
Quintanilha	José Carlos Rodrigues Fernandes
Quintela Lampaças	Victor Manuel Costa
Rabal	Paulo Hermenegildo de Castro João
Rebordainhos	Albino Alves Rodrigues
Rebordãos	Adriano Augusto Correia Rodrigues
Rio de Onor	António José Preto
Rio Frio	Humberto Amândio Garcia
S. Pedro	António Carlos Sá
Salsas	Filipe Osório Caldas
Samil	Eduardo Joaquim Portela
São Julião	Elias Santos Vara
Sé	Paulo Jorge Almendra Xavier
Sortes	Juvêncio Alves de Carvalho
Zoio	Helder Jorge dos Santos

* - membros suplentes

II – FALTAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Carlos José Cadavez
Nuno Filipe Machado Reis

MOVIMENTO SEMPRE PRESENTE

Cristina Maria Rodrigues Afonso

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

Faílde	Gualter Dinis Gonçalves Garcia
Milhão	Raquel Grande Tomé
Parada	Norberto dos Santos Costa
Parâmio	José Augusto Afonso
Santa Comba Rossas	Elídio Alexandre Morais (justificada)
Santa Maria	Jorge Manuel Esteves Oliveira Novo
Sendas	Dinis Augusto Dias Pinela
Serapicos	Armando Augusto Venâncio Dias

B- CÂMARA

PRESENÇAS:

Presidente - António Jorge Nunes

Vereadores: Humberto Francisco da Rocha

----- Por ser verdade e me ter sido pedida, mandei passar a presente certidão que depois de achada conforme, vai ser assinada e autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Assembleia Municipal de Bragança, 30 de abril de 2013

